

## **MEDIDA CAUTELAR NA RECLAMAÇÃO 22.097 PERNAMBUCO**

**RELATOR** : **MIN. MARCO AURÉLIO**  
**RECLTE.(S)** : **ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**RECLDO.(A/S)** : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**  
**ADV.(A/S)** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**  
**INTDO.(A/S)** : **ADJAI R BEZERRA DE GOUVEIA FILHO**  
**ADV.(A/S)** : **AMÉLIA ROSA SARAIVA SANTOS E OUTRO(A/S)**  
**INTDO.(A/S)** : **TCI BPO TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S.A**  
**ADV.(A/S)** : **POLYANA SYBALDE TRAJANO DA SILVA**

### **DECISÃO**

#### **RECLAMAÇÃO – AFASTAMENTO DE PRECEITO LEGAL – AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE Nº 16 – LIMINAR DEFERIDA.**

1. O Estado de Pernambuco articula com o desrespeito ao acórdão do Supremo prolatado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16/DF. Visa anular o acórdão da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região no Recurso Ordinário nº 0001022-52.2014.5.06.0312, por meio do qual restou afastada a vigência do § 1º do artigo 71 da Lei nº 8.666/93, considerada a jurisprudência consolidada nos itens IV e V do Enunciado nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho.

Requer a concessão de medida acauteladora para suspender, até o julgamento final desta reclamação, a tramitação do processo trabalhista, e, alfin, busca ver cassado o acórdão questionado, de modo a garantir a autoridade do pronunciamento formalizado na Ação Declaratória de

Constitucionalidade nº 16/DF.

2. Nota-se haver sido afastado o § 1º do artigo 71 da Lei nº 8.666/93, no que exclui a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços.

Saliento que, em 24 de novembro de 2010, o Plenário do Supremo julgou procedente o pedido formulado na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 16/DF e assentou a harmonia do citado parágrafo com a Constituição Federal.

3. Defiro a liminar para suspender, até a decisão final desta reclamação, a eficácia do acórdão da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região no Recurso Ordinário nº 0001022-52.2014.5.06.0312, em relação ao reconhecimento de responsabilidade subsidiária do ente público.

4. Deem ciência, via postal, desta reclamação aos interessados e solicitem informações. Com o recebimento, colham o parecer da Procuradoria Geral da República.

5. Publiquem.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO

Relator